

Das mãos para as mentes.
Protocolos de civilidade em um
jornal escolar/SC (1945-1952)¹

*From hands to minds: protocols of civility
in a school newspaper (1945-1952)*

Maria Teresa Santos Cunha²

RESUMO

Pétalas Infantil era um jornal escolar redigido manualmente por meninas de 7 a 10 anos do então curso primário de um colégio religioso feminino em Florianópolis/Santa Catarina (SC) – Colégio Coração de Jesus – no período compreendido entre 1946 a 1952. Nessa publicação que circulava mensalmente entre elas próprias e suas famílias, as alunas davam notícias sobre o cotidiano escolar, possivelmente com aval do próprio Colégio. De posse desse material (66 exemplares do jornal) considerado *ordinário*, o estudo centrou sua atenção nos artigos, comentários e sugestões de leitura que expressavam *protocolos de civilidade* através de mensagens de orientação e regras de conduta pessoal, escolar e cívica que caracterizavam uma cultura escolar do período. Procura-se destacar, pelas *lentes da História da Educação e da Cultura Escrita*, a importância desse material manuscrito, analisando-o como um dos integrantes da cultura material escolar e, como tal, um documento que permitirá apreender indícios de saberes e práticas escolares vigentes no período e que evidenciam tanto aspectos do funcionamento interno da própria instituição escolar quanto os propósitos civilizatórios que divulgavam pelas vias do escrito.

Palavras-chave: jornal escolar; cultura escolar; cultura escrita; História da Educação.

¹ Trabalho integrado ao Projeto de Pesquisa “Protocolos de Civilidade. Modelos de conduta pessoal e cívica em escritas e leituras escolares (Santa Catarina/décadas de 20 a 50 do século XX)”. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – 2008.

² Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Centro de Ciências da Educação. Av. Madre Benvenuta, nº 2007. Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. CEP: 88.035-00.

ABSTRACT

Pétalas Infantil [Childish Petals] was a school newspaper written by 7-10-year-old girls at Colégio Coração de Jesus, a Catholic elementary school in Florianópolis, Santa Catarina (SC), from 1945 to 1952. In this publication, which circulated monthly among the students and their families, the girls reported daily activities at the school, possibly with the approval of the institution. With this material in our possession (66 issues of the newspaper), which is considered ordinary, this study focused on the articles, comments, and reading suggestions that expressed protocols of civility through messages of orientation and rules of personal, school, and civic conduct, which characterized the school culture from the period. It sought to highlight, through the *lenses of the History of Education and of Written Culture*, the importance of this handwritten material, analyzing it as one of the components of the material school culture and, therefore, as a document that allows understanding and analyzing indications of knowledge and school practices at that time which reveal both aspects of the internal functioning of the school institution itself as well as the civilizing proposals that they present through written means.

Keywords: school newspaper; school culture; written culture; History of Education.

São sempre apreciadas e queridas as crianças dotadas de bons hábitos. Ter caligrafia esmerada é sinal de educação, de saber dominar as mãos para que a mente entenda o que estiver escrito (PÉTALAS, ago. 1950)³.

Controlar o corpo, segurar com firmeza o lápis ou a caneta-tinteiro, posicionar a mão junto à folha em branco, fixar os olhos, concentrar a mente para copiar seguindo o traçado das linhas e macular, enfim, a página pelo ato da escrita foi um exercício constante entre meninas de 7 a 10 anos, alunas do então chamado Curso Primário do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, que mantinham um jornal escolar. Entre março de 1945 e novembro de 1952, este jornal manuscrito circulou mensalmente entre elas (provavelmente entre seus familiares, colegas e a própria direção do colégio), com propósito de divulgar as atividades escolares desenvolvidas por aquele estabelecimento de ensino religioso feminino, dirigido pelas Irmãs da Divina Providência⁴. Todo redigido

³ Não será utilizada paginação desta fonte, pois se trata de jornal manuscrito em folhas de papel almaço.

⁴ Ordem religiosa alemã que chegou a Santa Catarina nos finais do século XIX e fundou o referido colégio em 1898, com apoio do então Governador do Estado, Dr. Hercílio Luz.

à mão, este *jornal* recebia o mesmo nome da Revista oficial do Colégio – Pétalas⁵ – apenas ostentando como subtítulo ser o Suplemento Infantil do Colégio Coração de Jesus.

Materializado em folhas de papel almaço pautado, manuscrito com letras cuidadosas, quase desenhadas, este jornal infantil⁶ trazia descrições de várias atividades que compunham o cotidiano escolar, dando a ver saberes e práticas realizadas no espaço daquela instituição educacional. Problematizado como documento histórico, o conjunto dessas escritas escolares e infantis⁷ se integra à cultura material escolar do período e permite ao historiador do presente encontrar em suas páginas descrições variadas sobre aspectos do cotidiano da escola, concepções de ensino, práticas escolares cotidianas abordadas como formas de representação de uma época estudantil. Um material considerado “ordinário”, onde pode ser possível buscar vestígios, “signos daquele presente, detalhes significativos, talvez miudezas, aspectos mínimos que pareçam banais” (LARROSA, 2004, p. 35) e, igualmente, um material que ilumina pequenos aspectos para se lidar com um tempo pretérito através de notícias do cotidiano escolar, desenhos infantis, descrições de atividades realizadas, cópias de poesias presentes em suas páginas. Atualmente visitados pela investigação histórica⁸, estes materiais que abrigam escritas infantis são documentos importantes onde se pode fazer confluir os interesses da História da Educação com a História da Cultura Escrita⁹. A História da Educação se abre aos mais diversos objetos da escola, onde se põem em cena procedimentos e práticas metodológicas experimentadas em sala de aula e fora dela¹⁰ e a História da Cultura Escrita, por sua

⁵ A *Revista Pétalas* foi o impresso educacional/oficial do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis/SC, criado em 1933 e publicado semestralmente até 1964, mantido pelas alunas dos cursos ginásial e normal. O *Jornal Pétalas Infantil* teve circulação mais restrita e atendia aos propósitos legislativos para o então Curso Primário, circulando entre 1945 e 1952.

⁶ 66 exemplares produzidos entre 1945 e 1952, constituem o *corpus* documental (empírico) desse estudo. Os exemplares foram todos fotocopiados e integram meu acervo pessoal.

⁷ Sobre escritas infantis ver: Antonelli e Becchi (1995).

⁸ Refiro-me aos trabalhos de Catani e Bastos (1997) sobre impressos e História da Educação e ao Dossiê organizado por Bastos (2013) que reúne pesquisadores nacionais e estrangeiros sob o título *Escritas Infantis em periódicos escolares* (Revista História da Educação/Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação – ASPHE/Universidade Federal de Pelotas – UFPEL).

⁹ Em nível internacional, esta abordagem vem sendo realizada pelo grupo espanhol liderado por Castillo Gómez (2002), que trabalha a História da Cultura Escrita, como “o estudo da produção, difusão, uso e conservação dos objetos escritos [...] para isso busca alianças com quantos saberes, como os advindos da História da Educação Escolarizada, que têm como seu objeto o estudo da escrita em suas várias modalidades” (p. 19). Ver também: Gómez e Blas (2008).

¹⁰ Conforme os estudos de Mignot e Cunha (2008); Silva e Petry (2012); Frago (2002).

vez, ao interessar-se pelos aspectos gráficos, cria condições para entenderem-se os diferentes níveis de alfabetização, a materialidade das escritas escolares, a forma como jovens alunos(as) se apropriam da tecnologia gráfica para representar o que aprendem, conhecem e experimentam (GÓMEZ, 2008, p. 15).

O esforço de valorizar este tipo de documentação tem permitido reverter o quadro de certa escassez documental com a qual os historiadores da educação não raro se deparavam ao pesquisar sobre a cultura escolar, pois, segundo Nóvoa (2003), estes documentos, vinculados a uma abordagem considerada cultura material escolar, são fundamentais, pois

estão renovando a ênfase tradicional nas grandes estruturas e permitindo conhecer o funcionamento interno das escolas, o desenho do currículo, a formação do conhecimento escolar, o cotidiano, a vida e a experiência de alunos e professores, suas práticas e suas mudanças são alguns dos temas que necessitam ser examinados com atenção (NÓVOA, 2003, p. 66).

Caminhando na mesma clave, situam-se os recentes estudos de Rosa Fátima de Souza (2007) sobre cultura material escolar, para quem:

Ao recortar o universo da cultura material especificando um domínio próprio, isto é, o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado [...] mas remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos [...] dessa forma, o mundo dos objetos tem entrado em cena [...] para a interpretação histórica voltada para o estudo das representações e das práticas escolares (SOUZA, 2007, p. 170).

A partir desses estudos pode-se considerar que o termo cultura material escolar deriva tanto da cultura escolar¹¹ quanto do campo material geral e permite exercitar o ato de ler objetos presentes nas instituições escolares (mobiliário, manuais, cadernos, boletins, jornais infantis, diários etc.), de construir história através da relação entre seus usos e suas materialidades e, assim, criar a partir

¹¹ “A cultura escolar pode ser interpretada como um arquitexto que visa (in)formar e (com) formar, nos planos axiológico, científico, pragmático e (pre)formativo, os públicos infantil e juvenil, com recurso a um complexo simbólico e tecnológico que articula as dimensões básicas do dizer, do fazer e do agir didático e pedagógico” (MAGALHÃES, 2008, p. 20).

deles “comunidades de significado” (NÓVOA, 2003, p. 66). O grande desafio que se coloca ao pesquisador é sofisticar o repertório analítico com um exercício de reflexão estimulada pelas experiências históricas mais recentes, fazer uma “biografia” das coisas (RAMOS, 2010), historicizá-las e desencadear processos de sensibilização para estes materiais “manuscritos como dimensões constitutivas da cultura escrita no Brasil” (GALVÃO, 2007, p. 10).

Esta operação justifica a presença do historiador que, com eles, pode construir um passado a partir de questões que se impõem no presente e que norteiam este estudo: como entender a historicidade desses materiais aparentemente negligenciáveis? Como tirar do esquecimento esses manuscritos escolares que compõem uma coleção que se substantiva em centenas de páginas manualmente escritas e que sobreviveram ao desgaste do tempo e ao perigo do esquecimento? Como entendê-lo como integrantes de um alicerce de nosso processo civilizatório, de nossa formação cultural feita e organizada pela escola?

De posse desse material considerado “ordinário e banal”, este estudo centrou sua atenção nas escritas que eram feitas por alunas do curso primário neste jornal infantil, entre 1945 e 1952, referentes às práticas escolares que expressavam mensagens de orientação e regras de conduta pessoal, escolar e cívica que caracterizavam propósitos civilizadores/protocolos de civilidade, uma forma de internalizar o “abrandamento das pulsões” (ELIAS, 1990).

A aprendizagem da civilidade representou, na educação infantil escolarizada, papel importante e ensiná-la não era “apenas inculcar maneiras arbitrárias de bom comportamento, mas inscrever no coração da criança, sentimentos de humanidade [...] a civilidade era considerada como uma virtude maior que supõe respeito ao próximo, modéstia e benevolência” (CHARTIER, 2004, p. 80-81). Nesta concepção, a civilidade “sempre anunciada como modo de dever ser, visava transformar em esquemas incorporados, reguladores e automáticos” (p. 48) as condutas e as disciplinas. Significava, igualmente, uma forma de disciplinar as mentes pela prescrição de normas de comportamento sociáveis, em um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos para conter as sensações e movimentos do corpo e da alma – o que era um dos objetivos a alcançar para a educação escolar nesse período, notadamente a de orientação católica.

O esforço de interpretação, pelas “lentes da História da Educação” em diálogo com a História da Cultura Escrita, constituiu-se em uma tentativa de apreender, através de um conjunto de textos veiculados no Jornal Escolar, as formas de escrita, seu suporte, seus aspectos gráficos e os conteúdos veiculados para encontrar modos de como a civilidade invadiu as práticas escolares. Selecionou-se para análise as notícias relativas a uma Associação Auxiliar da Escola, chamada *Liga da Bondade*, presentes em uma coluna do Jornal Pétalas

Infantil intitulada *Nossas Associações* cujo objetivo era relatar e prestar contas da atuação das Associações Auxiliares da Escola no Colégio Coração de Jesus.

As Associações Auxiliares da Escola constavam do Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário no Estado de Santa Catarina, baixado através do Decreto-Lei n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946¹², e prescreviam um expediente afinado com os pressupostos da renovação escolar abrigada sobre a chamada Escola Nova e expresso em orientações como “propiciar a experiência pessoal do aluno [...] o trabalho em cooperação, a atividade manual, o jogo educativo” (SANTA CATARINA, 1947, cap. IV, art. 13) que foram estimuladas pelos seus protagonistas desde as primeiras décadas do século XX, momento em que a Escola abraça a ideia da experimentação¹³.

Dentre as associações auxiliares da escola, o jornal escolar elaborado pelas próprias crianças, tanto como atividade realizada em sala de aula quanto em atividade extraclasse, era incentivado como um dos elementos centrais de uma proposta pedagógica que preconizava a experiência dos educandos e portadora de benefícios como, por exemplo, a tarefa de realizar trabalho em equipe, praticar a cooperação, além de ser meio de ligação com a família, possibilidade de aprendizagem da vida cívica e exercício para uma compreensão mais cosmopolita do mundo, pela leitura e escrita¹⁴.

A *Liga da Bondade* era uma das associações auxiliares que teve ampla aceitação nas escolas catarinenses do período e tinha por objetivo incentivar a escolarização de protocolos de civilidade identificados com a prática de bons sentimentos (bondade, caridade, honestidade) que deveriam ser cultivados por meio da aprendizagem de virtudes cristãs, de atos de patriotismo e da aprendizagem das boas maneiras construindo uma “pedagogia dos comportamentos” (REVEL, 1991, p. 180) referentes à civilidade.

As notícias sobre a atuação da Liga da Bondade junto ao Curso Primário do Colégio Coração de Jesus eram constantes no jornal *Pétalas Infantil* e se mantiveram em todo o período de sua circulação (1946-1952). As reuniões semestrais

¹² Este Decreto legislava sobre as Associações Auxiliares da Escolar e consta em um documento, de domínio público, de um volume de 146 páginas publicado pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, em 1947, disponível na Biblioteca Pública de Santa Catarina. Eram consideradas Associações Auxiliares da Escola: o Jornal Escolar, o Clube de Leitura, o Pelotão de Saúde, o Museu Escolar, o Clube Agrícola, a Biblioteca Escolar, a Liga da Bondade, o Círculo de Pais e Mestres, a Caixa Escolar, a Liga Pró-Língua Nacional, a Sopa Escolar, o Orfeão, a Cooperativa Escolar e os Conselhos Escolares.

¹³ Segundo Valdemarin (2010, p. 88) “a partir das décadas iniciais do século XX, as novas possibilidades orientadoras da intervenção no sistema escolar estavam amparadas em experimentos científicos, consideravam o desenvolvimento infantil como determinante para o processo educativo e a atividade como elemento central do processo cognitivo”.

¹⁴ Para maiores detalhes sobre as Associações escolares ver: Prates (2012).

e as ações empreendidas funcionavam como estratégia de difusão de princípios civilizadores, além de tornar visível aos poderes educacionais o cumprimento à legislação vigente, em âmbito estadual, naquela instituição escolar.

Pétalas Infantil: o suporte

O corpus documental utilizado para este trabalho comportou análise de uma coleção do Jornal Infantil Pétalas, abrangendo os anos de 1945 a 1952. Em cada ano, publicavam-se 9 exemplares, abrangendo os meses de março a novembro, com um total de 66 exemplares produzidos no período, aqui em estudo. Cada jornal tinha entre 6 e 8 páginas, mas elas não apresentavam número à vista. A capa trazia em letras maiúsculas o nome do periódico, sempre em formato manuscrito em letras de imprensa milimetricamente iguais, secundado por desenhos feitos pelas próprias alunas, representando meninas e flores em várias situações, uma forma provável de naturalização do feminino, como mostram a Tabela 1, a seguir, e a imagem de uma capa do Jornal (Figura 1).

TABELA 1 – IMAGENS DAS CAPAS DO JORNAL PÉTALAS

ANO	Nº PÁGINAS	MOTIVO DA CAPA
1945	54	Menina uniformizada/flores
1946	60	Brincando com pétalas
1947	53	Regando flores
1948	72	Regando Flores
1949	60	Plantando Flores
1950	75	Leitura em barco florido
1951	70	Leitura em barco florido
1952	66	Colhendo flores

FONTE: Pétalas (1945-1952). Acervo pessoal da autora.

As primeiras aproximações ao suporte material evidenciam tratar-se de uma publicação simples, assinada pelas próprias alunas, e é importante considerar que, ao que tudo indica, a montagem do jornal escolar contava com o auxílio e a supervisão das professoras e, possivelmente, da própria Direção do Colégio, que se utilizava desse meio para propagandar a excelência da escola ao mostrar aos pais, aos órgãos de controle e à comunidade em geral suas atividades e suas formas de ensinar. Tal possibilidade pode ser assegurada pela perfeita simetria das letras copiadas e pela ausência de erros gramaticais e ortográficos



FIGURA 1 – CAPA DO JORNAL PÉTALAS INFANTIL/1947

FONTE: Pétalas (1947). Acervo pessoal da autora.

nos textos, o que faz pensar em correções constantes que evidenciam uma preocupação com o uso correto da língua nacional, em um estado que em 1938, por lei, nacionalizou o ensino¹⁵.

O período de circulação do jornal Pétalas (1945-1952) marca o final da Segunda Guerra Mundial e o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Este período está identificado, em nível nacional, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946), em 1946, em que foram

¹⁵ Santa Catarina (1938a).

intensificados em todo o país os debates em torno dos novos rumos políticos, culturais e principalmente educacionais. No âmbito regional, o ano de 1946 coincide com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina (Decreto-Lei n. 298, de 18 de novembro de 1946), também conhecida como Reforma Elpídio Barbosa¹⁶, complementada pelo Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário no Estado de Santa Catarina, baixado através do já citado Decreto-Lei n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946. A elaboração dessa legislação estava afinada com as tendências da chamada Escola Nova e reverberando políticas geradas sob a insígnia de um Brasil *moderno*, com investimentos escolares em práticas de civilidade em função da urbanização e do processo de industrialização que então se implementavam no país e na cidade.

Do ponto de vista de sua organização interna, o jornal sempre teve uma Diretora-Gerente, cujo nome constava na primeira página¹⁷ e havia ao lado a inscrição que as colaboradoras eram todas as alunas. Pode-se perceber que, com exceção de um único ano – 1949 –, havia um rodízio na função da gerência, que contemplava sempre alunas do último ano do antigo curso primário (4º ano).

A forma gráfica das letras era variada, porque havia escritos de várias autoras, mas todos eram registrados com letras bem caprichadas, com uso de uma mesma tecnologia de registro: lápis para as alunas menores (1ª e 2ª séries) e caneta tinteiro preta para as alunas maiores (da 3ª e 4ª séries). Tudo se apresentava limpo e sem rasuras, o que reforça a suposição de uma supervisão do colégio na confecção do material e mesmo na seleção dos textos. A correção gramatical evidencia uma preocupação com a língua vernácula em um período em que a nacionalização do ensino se firmava pela correção no aspecto gráfico. Também foi possível assinalar maior competência nas operações de cultura escrita entre as alunas mais velhas (3º e 4º anos) pelo uso de termos mais elaborados, pela ocupação mais equilibrada da página, pelos níveis de alfabetização e domínio dos códigos linguísticos em minúcias descritivas.

A confecção desse pequeno jornal faz supor a presença da coordenação corporal e motora na escola e, especialmente, de atitudes como atenção e concentração nas práticas de escrita: um corpo disciplinado para a escrita que exigia gestos calculados e eficientes. Na perspectiva de estudos sobre a cultura escrita, Frade (2010) registra:

¹⁶ O Professor Elpídio Barbosa (1909-1966) foi uma figura importante no cenário educacional catarinense sendo, à época da aprovação da Lei, o Diretor-Geral do Departamento de Educação (1940/1951) e chegando, mais tarde, ao cargo de Secretário da Educação do Estado de Santa Catarina (1963) (FIORI, 1991, p. 145).

¹⁷ Foram Diretoras-Gerentes: Anita Gardoni dos Reis (1945); Mary Alba Grisard (1946); Acy Cordeiro (1947); Marilena Lopes Leal (1948); Ada Madalena Gonzaga (1950); Aurelita Barros (1951); e Maria Emilia Nunes Pires (1952).

a escrita pode ser usada como ocupação dos alunos e como conteúdo a ser ensinado. Como prática e gesto, a escrita na escola não é apenas conteúdo escolar: é prática que envolve silêncio e concentração necessários à boa ordem de um trabalho (FRADE, 2010, p. 256).

As ilustrações no jornal limitavam-se a desenhos infantis (paisagens, crianças comportadas e animais domésticos) e colagens de figuras de heróis nacionais e de santinhos religiosos, fazendo jus ao *ethos* religioso do próprio Colégio e dando o ritmo para a difusão de princípios de uma civilidade cristã, em que Deus era o centro de tudo. Nestes materiais, pelos componentes icônicos eram perceptíveis imagens e legendas de cunho cristão que tratavam sobre espírito de justiça e a prática da caridade para com os pobres.

Do ponto de vista de sua composição, o Jornal tinha colunas que eram fixas, com poucas variações de presença nos exemplares estudados. Eram as seguintes:

Transcrições (presumivelmente redações realizadas em sala de aula e avaliadas pelos professores, quadrinhas e cópias de trechos religiosos e poesias edificantes);

Notas Sociais (aniversários, casamentos, batizados, celebrações e festas religiosas);

Datas do Mês (registro de eventos históricos e religiosos de cada mês, com supremacia para festas religiosas, hagiografias e biografias dos vultos históricos e com menção especial ao Dia da Criança e ao Dia do Professor);

Nossas Associações (relatos das atividades das Associações Auxiliares atuantes no Colégio, no caso aqui, do Clube de Leitura, do Pelotão de Saúde, da Biblioteca Escolar e da Liga da Bondade);

Visitas Feitas e Recebidas (notícias sobre as visitas do Inspetor Escolar ao Colégio e relatos de passeios realizados pelas alunas nas férias ou promovidos pelo Colégio).

As Associações Auxiliares da Escola e a Liga da Bondade em Pétalas

As Associações Auxiliares da Escola seguiam tendências nacionais e constituíam grupos organizados no ensino primário, com o objetivo de socializar o corpo discente através de práticas ligadas à moralidade e ao civismo e, no caso dos colégios religiosos, à religião e às diretrizes do processo de nacionalização

que, a partir de 1938¹⁸, foram legitimadas por legislação estadual e eram supervisionadas pelo Departamento de Educação de Santa Catarina. Entre 1938, início formal do processo de nacionalização, e 1942/1943, o Relatório do Governador Nereu Ramos (SANTA CATARINA, 1938b) registrou as associações atuantes nas escolas catarinenses. Foram contabilizadas treze associações que funcionavam nos cursos primários públicos e particulares com acréscimo gradativo neste período e cuja atuação era fiscalizada pelos Inspectores Escolares, não havendo obrigatoriedade de implementar todas elas.

TABELA 2 – ASSOCIAÇÕES AUXILIARES EM ESCOLAS PRIMÁRIAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1938 E 1942

Associações Auxiliares	1938	1942
Biblioteca	330*	530
Caixa Escolar	757	1231
Círculo de Pais e Mestres	-	235
Clube Agrícola	143	624
Clube de Leitura	19	180
Conselhos Escolares	11	-
Cooperativa	-	90
Jornal	79	539
Liga da Bondade	3	261
Liga Pró-Língua Nacional	-	829
Museu	71	205
Orfeão	-	40
Pelotão de Saúde	13	808
Sopa Escolar	-	33
TOTAL	1426	5605

* Foram somados os números de bibliotecas para alunos e professores.

FONTE: Santa Catarina ([194-]) citado por Zen (2007).

A tabela anterior mostra a presença da Liga da Bondade já a partir de 1938 e deixa entrever o aumento substancial de sua organização e sua atuação em escolas, até 1942 antes mesmo do Regimento de 1946¹⁹. Pensando na esteira de Bourdieu (1996), há um recado no próprio nome da associação que pode ser interpretado como uma “maneira necessária de determinar uma identidade e como forma por excelência da imposição arbitrária que operam os ritos de iniciação”

¹⁸ Santa Catarina (1938a).

¹⁹ Este quadro permite considerar que o Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1947) deu obrigatoriedade às práticas que já vinham sendo feitas nas escolas.

(BOURDIEU, 1996, p. 186-187). Participar da *Liga da Bondade* já evoca uma qualidade dos bons, uma prática a ser exercida pelos cristãos, uma atitude da alma, enfim, um certo *habitus* a ser cultivado pelo ser moral. Reiterava-se o direito da nação soberana de dirigir, pela educação escolarizada, a formação moral e cívica da população infantil, traduzido no projeto de constituição de um *sistema* de ensino de caráter *nacional*.

Na legislação estadual de 1946, os artigos que introduzem as Associações Auxiliares neste novo decreto definem que os estabelecimentos de ensino primário, sejam eles públicos ou particulares, deveriam promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições que tivessem por fim a prática de atividades educativas. Mesmo considerando que a prescrição legal não é garantia de aplicação, pode-se encontrar nos manuscritos infantis do jornal infantil *Pétalas* evidências plausíveis de sua sistematização pela escola. Desse modo, a escola deveria procurar oferecer aos alunos a oportunidade de exercitar atitudes de sociabilidade, responsabilidades e cooperação, através de organizações escolares, estudos em comum, campanhas em prol de aspirações sociais e outras atividades sociais próprias à infância²⁰.

Ao que tudo indica, a Direção do Colégio Coração de Jesus seguia os ditames da legislação sobre as instituições auxiliares e este periódico manuscrito era um dos instrumentos utilizados para dar visibilidade às atividades empreendidas nesta direção em um cenário político e cultural ainda muito marcado pelo patriotismo, como ícone de civilidade. Pode-se considerar as práticas escolares desenvolvidas no âmbito dessas associações como um produto das exortações cívicas, imbuídas de um certo fervor patriótico de cunho nacionalista para promover o revigoramento do amor pátrio em razão da participação, considerada vitoriosa, do Brasil na Segunda Grande Guerra e pode-se constatar que tais iniciativas constituíam o cerne dos projetos políticos do Estado traçados especialmente para a educação e cultura.

O investimento na prática de protocolos de civilidades era permanente nesta coluna do *Jornal Infantil Pétalas*. Em março de 1951, noticiava-se sua primeira reunião anual com aconselhamentos para ser considerada uma menina bondosa:

²⁰ O Decreto n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946, estabelece o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina. Arquitetado com ambição totalizadora, o Decreto-Lei prevê desde competências dos serventes, zeladores e serviços das escolas, aos uniformes de alunos e aos fardamentos dos professores, até os materiais que deveriam estar sobre a mesa da classe (art. 338). Além de regulamentar a estrutura e funcionamento da escola, o Decreto legitimou uma rede de instituições nomeadas de “complementares da escola”, como a *Liga da Bondade*. Um dos principais objetivos dessas instituições era “oferecer aos alunos a oportunidade de exercitar atitudes de sociabilidades, responsabilidade e cooperação” (art. 160).

A Diretoria da Liga da Bondade fala sobre os fins e atividades de sua associação.

A primeira máxima escolhida, no início do ano foi: “Mais fere a má palavra do que a espada afiada”. A Bondade manifesta-se em querer, desejar e fazer o bem. Diz-se de Jesus: “passou, fazendo o bem”. Bondade é pois, aliviar uma dor, socorrer o necessitado, não fazer o mal, antes de tudo. Evitem, por isso, amigas minhas, a palavra ofensiva, retenham a tempo, o gesto, o ato que podem magoar a outrem! Alguém tirou na aula uma nota. É natural que sente necessidade de contá-la, de manifestar a sua manifestação, o seu triunfo. Mas ao lado dela está outra que na mesma ocasião não teve sorte. De que maneira deveria agir a triunfadora? Se fosse uma menina bondosa, ela calar-se-ia para não fazer sofrer a segunda, lembrando-lhe a sua derrota (PÉTALAS, mar. 1951).

A notícia da reunião das dirigentes da Liga da Bondade priorizava aspectos de índole educativa que privilegiam uma acepção disciplinante e onde a civilidade é identificada com sentimentos que deveriam ser cultivados através da aprendizagem de virtudes cristãs. Relatos minuciosos sobre a Liga da Bondade aparecem em quase todos os jornais Pétalas e se faziam acompanhar de prescrições variadas que deveriam ser seguidas pelas alunas, em forma de aconselhamento. Sempre nos meses de março e agosto, realizavam-se estas reuniões gerais em que eram planejadas as atividades do período e sobre as quais se fazia uma ata. Esse tipo de exortação às práticas de bons sentimentos contribuiu para configurar um investimento sistemático na formação das alunas, em conformidade com as diretrizes legais, como pode ser visto, por exemplo, no juramento de posse de novas sócias, minuciosamente prescrito na lei e transcrito no Jornal de 1947:

Assumo o compromisso de me tornar ainda melhor aluno, melhor filho e melhor amigo dos meus colegas; a respeitar os mais velhos, a zelar pelos bens públicos e a proteger os animais. Se eu falhar nesses propósitos, aceito a punição que me for aplicada (SANTA CATARINA, 1947, art. 576 *apud* PÉTALAS, ago. 1947).

Eram, ainda, objetivos da Liga da Bondade, segundo o referido decreto:

movimentar as propriedades que o coração encerra para fazermos pulsar, em uníssono, com aqueles que o educam e fazem dele toda

a sua alegria, confiança e levantar a moral dos nossos alunos, baseados no princípio de que se os caracteres não se plasmam, modificam-se com a prática dos bons hábitos, transformando, gradativamente, os pequenos costumes em virtudes permanentes (SANTA CATARINA, 1947, art. 576).

O que autoriza a pensar estar consoante com os propósitos de civilidade preconizados pelo Colégio.

Variados exemplos estão nas páginas de *Pétalas Infantil*, como se pode encontrar no primeiro jornal de 1945, em aparece o registro que em “10 de março de 1945, estando presente todo o curso primário, realizou-se a primeira reunião da Liga da Bondade, nesse ano” (PÉTALAS, 1945), notícia que mostra o investimento do Colégio na observância dos ditames legislativos, antes mesmo da obrigatoriedade formal, em 1946. Depois de citar as componentes da diretoria, o registro encerra-se com as seguintes recomendações:

Praticar a bondade no falar, não dirigindo palavras indelicadas a ninguém e tratando a todas afavelmente. Todas, com muito entusiasmo, vão reiniciar os trabalhos da Liga Da Bondade, esforçando-se para ser boa e irradiar bondade (PÉTALAS, mar. 1945).

Já é possível notar o tom exortativo para comportamentos desejados, que caracterizam um protocolo de civilidades para o período. Na reunião regular do mês de agosto do mesmo ano, por exemplo, o tom é mais intimista e, após a reunião da Liga da Bondade, o registro é feito através de um elogio à ordem pessoal e ao material escolar de uma aluna aparentemente mais pobre, recém-admitida na Liga:

A pasta de Terezinha não era nova, mas era tão bem arrumada! Os cadernos e os livros eram encapados de papel verde. O penal era envernizado. No fim da aula eu lhe felicitei pela ordem e graça que encontrei em si própria e no seu material escolar (PÉTALAS, ago. 1945).

A civilidade, segundo Chartier (2004, p. 65), manifesta e honra as perfeições e os atos dignos de cada homem tanto nas atitudes quanto nas ações, isto

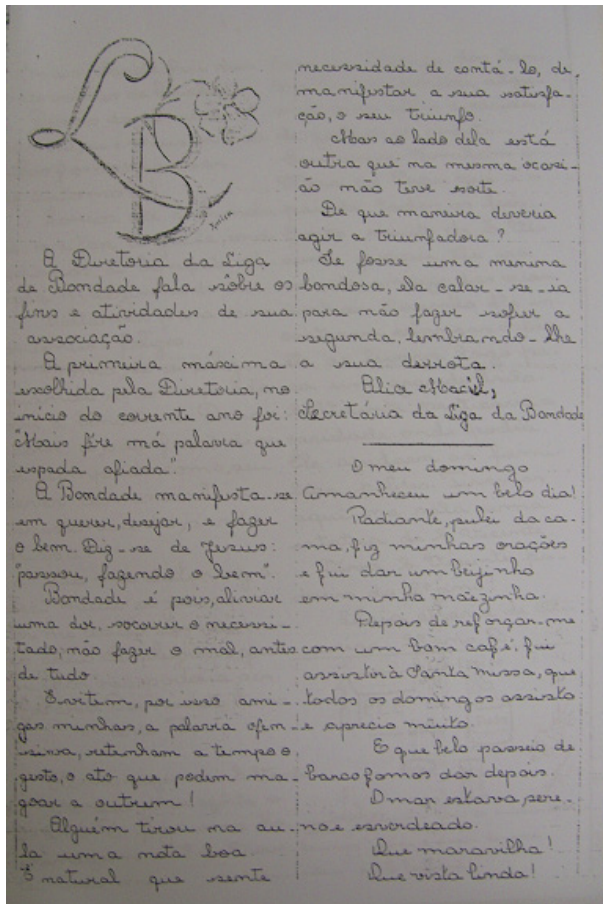


FIGURA 2

FONTE: Pétalas (ago. 1945). Acervo pessoal da autora.

pode ser identificado no elogio à colega e observância ao princípio de que para integrar a Liga os componentes deveriam ser “os alunos completamente bons”, isto é, sobre aqueles que pudessem “servir de modelo”. Para satisfazer a essa exigência, deveria ser observada não apenas a sua vida escolar, como também sua vida além dos muros da instituição, ou seja, os aptos seriam aqueles bons na rua, em casa, para os companheiros, enfim, crianças integralmente boas, ordeiras, que tinham boa conduta em todos os lugares (SANTA CATARINA, 1947, art. 576). No caso em apreço, a bondade é definida pelo olhar e pelo julgamento do outro.

Em 1946, há a cópia de uma longa redação que foi lida pela presidente da Liga da Bondade no início do segundo semestre letivo, intitulada *Preceitos para uma Boa Aluna*, que diz:

A boa aluna é aquela que obedece a seus pais e mestres e nunca abusa da bondade das professoras. É uma traidora da Pátria a menina que fala mal de suas mestras. Ser boa é ensinar as lições, dar conselhos, avisar quando uma aluna erra, dar conselhos, castigá-las quando merecem. A pátria querida ficará bela, rica e próspera se nós, crianças de hoje e homens de amanhã, soubermos cumprir os nossos deveres (PÉTALAS, ago. 1946).

Mais uma vez é possível notar a relação com o patriotismo, aliado à civilidade e aos princípios cristãos. A primeira parte identifica condutas desejáveis como virtudes cristãs e a segunda parte apela, com grande aparato, para o patriotismo como uma articulação necessária à concretização eficiente do projeto político vigente que defendia a constituição de uma cultura brasileira, com a consolidação da língua vernácula, com a socialização dos educandos, associados ao ideário nacionalista que mostravam que o *novo* projeto do Estado era preocupação recorrente que urgia ser executada no âmbito da educação escolarizada.

Em março de 1947, nova diretoria foi empossada na Liga da Bondade e, dessa vez, um desenho de um emblema da Liga anuncia a coluna e o lema ao final permanece: “Queremos todas, com novo ânimo e entusiasmo, recomeçar a nossa obra da Liga da Bondade, esforçando-se, cada uma, em ser boa, e dar bom exemplo às coleguinhas” (PÉTALAS, mar. 1947).

Em agosto de 1947, registro detalhado de outra reunião culmina com uma programação literária e musical, com declamação de poesias cujos títulos eram anunciados: *A uma menina*; *Cortesia: Uma história, Três flores d’alma*; há, também, o registro do encerramento em sessão solene do ano letivo de 1947 em que todas as alunas entoaram a canção “Canta, canta, coração”²¹. Estes expedientes permitem pensar como são colocadas em cena, de maneira lúdica,

²¹ “Doce país dos meus sonhos/Na idade primaveril/És belo, calmo e risonho/És cheio de encantos mil.

Pelos caminhos da vida/Sigo contente e feliz/Trago em minh’alma escondida/Uma canção que assim diz:

Canta, canta, canta ó meu coração/Canta o sol e as flores/Do céu, da terra os primores/E viveremos, no mais

Feliz recordar e esta fase de sonhos e de amor, eu sempre hei de lembrar” (PÉTALAS, nov. 1947).

práticas escolares (recitar e cantar) destinadas a fazer compreender lições cívicas e morais. Assim, por diferentes estratégias, incorporava-se na cultura escolar práticas pedagógicas que formavam uma *comunidade de sentido*, naturalizadas simbolicamente no processo civilizatório, objetivo da instituição escolar.

No ano de 1950, no jornal de setembro, na coluna destinada à Liga da Bondade, advertências para a prática de “Bons Hábitos”, estavam sintetizadas em forma de um recado final: “Pessoas educadas nunca escarram no chão, nunca tosem ou espirram sem amparar os perdigotos com o lenço, nunca se aproximam demasiadamente das outras com quem falam, como sestro de muita gente impolida” (PÉTALAS, set. 1950).

Contornos do desejado aparecem nesta escrita que, ligada aos processos civilizadores, ressalta a aquisição de bons hábitos como meta a ser perseguida pela escola na sua cruzada para regulamentar comportamentos considerados legítimos. As necessidades do corpo, as condutas de higiene para consigo e para com os outros dão “uma idéia das disposições da alma [...] e têm um valor moral pelo recalque das pulsões” (CHARTIER, 2004, p. 55). O recado também pode ser entendido como a necessidade de um controle, uma intenção moralizadora e civilizatória voltada para a educação das crianças que registraram seus fazeres escolares em forma simples de um jornal escolar e cujas recomendações replicaram constantemente em tantas páginas que teceram e representaram seu tempo nesse panorama histórico e escolar do segundo pós-guerra. Os pequenos textos do Jornal Pétalas nos desafiam a compreender a pregnância de práticas educativas e culturais, sobretudo aquelas ligadas à conformação dos protocolos de civildade, protagonizados no ambiente escolar.

No limite do arquivo

Non podemos fugir do limite do nosso arquivo. Só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem em dado momento e espaço. Mas, quando, desaparecem as fontes privilegiadas da História, ou aspectos de que o historiador não poderia se ocupar tudo se torna historicizável e fonte de historicidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 64).

A difusão mais amplamente percebida da prática arquivística atribuiu aos historiadores novos e diversos documentos no âmbito da História da Educa-

ção, tais como revistas de ensino, jornais escolares, cartas, diários, coleções, acervos carregados de documentos ordinários – aqueles produzidos no dia a dia por pessoas comuns –, e exigiu, da mesma forma, uma renovação das práticas historiográficas envolvidas no seu trato. Sessenta e seis exemplares de um jornal escolar produzidos há mais de seis décadas foram guardados e hoje estão disponíveis à pesquisa. Eles formam um acervo que só pode ser imperfeitamente apresentado, pois o trabalho com ele é, frequentemente, um jogo de aproximações e desvios entre o singular e o comum, o particular e o coletivo, entre a razão e a sensibilidade, todos movimentos que criam possibilidades que ele seja habilmente questionado para adquirir sentido (FARGE, 2009).

Assim, acompanhar as variações sociais e culturais desse material, produzido por meninas, sob a forma de um jornal escolar, as permanências e discontinuidades da cultura escrita e da cultura gráfica no tempo e no espaço ali dispostos e, em especial, analisar este material vinculado à cultura material escolar criaram possibilidades para maior compreensão da história da educação e do ensino e dos fazeres escolares em dado tempo e lugar. Ainda que considerados os limites de todo arquivo, foi possível encontrar vestígios da vida interna da escola, indícios de suas concepções didáticas, seus signos escolares e mensagens que indicaram representações de uma época.

Mergulhar nesses papéis ordinários e banais que foram preservados permite apreender saberes, crenças, valores e práticas, considerando-as como partícipes de uma história da linguagem e da cultura escrita, uma história das diferentes práticas do escrito capazes de gerar “modos de pensar o mundo a partir da ampla produção escrita de cada sociedade e de cada época” (GÓMEZ, 2012, p. 70).

Com textos escritos em tom agradável e plenos de situações diárias e corriqueiras, as alunas foram formadas e recebiam regras de *bom tom* para o convívio social mais civilizado. O estímulo à elaboração de um jornal escolar, ainda que determinado por lei, foi um recurso de ensino que contribuiu para dinamizar a ação educativa e estimular a participação discente na vida escolar.

Princípios ligados à moral e ao civismo/patriotismo foram demarcados ingenuamente nas páginas de Pétalas Infantil e sinalizaram a esperança em um futuro promissor, reforçando a ideia de um país novo onde se depositava grandes esperanças no progresso e na construção de uma pátria cristã. As notícias dos trabalhos efetuados pela Liga da Bondade junto ao Jornal Infantil Pétalas replicam a ideia de que a Escola investia no propósito da formação do caráter como parte do individual, mas quando divulgada pelo escrito seria capaz de afetar mais alunas(os) como uma força nacional. O espírito nacionalista e edificante que emergia das biografias de heróis e de santos – sempre descritos como dignos e amorosos, marcados por gestos nobres e grandiosos –, das poesias românticas recitadas, das canções nacionalistas entoadas, juntava-se às referências a um

modelo de comportamento moral esperado que autorizam considerar que a civilidade estaria na noção de uma formação harmônica entre moral, civismo e virtudes cristãs que comporia uma continuidade histórica do povo brasileiro.

A partir deste estudo, tornou-se possível reforçar o questionamento inicial de que essa aprendizagem da civilidade foi assumida pela escola e neste trabalho, em especial, pôde-se perceber que a divulgação pelo jornal escolar visava mostrar o investimento dispensado pela escola à formação moral, cívica e religiosa como uma prática que investia, igualmente, na possibilidade de distinção. Pode-se concluir que, naquela educação escolarizada, estavam ligados de maneira tenaz civilidade e infância, que se materializavam pela ação da escrita e da leitura que visava atingir as mentes.

Estes objetos escolares (no caso, jornais infantis) tirados do esquecimento por terem sido guardados por laços afetivos incitam, nos dias de hoje, a uma releitura epistemológica que se integra ao patrimônio material escolar, abrindo uma porta, também, para estudos relativos a vários aspectos ligados à cultura material da escola, aos *objetos da escola* (SILVA; PETRY, 2012), apresentados, aqui, nos limites de um arquivo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

ANTONELLI, Quinto; BECCHI, Eglê (Orgs.). *Scritture bambine*. Testi infantili tra passato e presente. Roma: Laterza, 1995.

BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). Escritas infantis em periódicos escolares. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 17, n. 40, maio/ago. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CHARTIER, Roger. *Leituras leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: USP, 2009.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público*. Ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 1991.

_____. Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. *Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, v. 20, n. especial, jul./dez. 2002. p. 231-260.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Alfabetização, escolarização e cultura escrita em Minas Gerais do século XIX. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcenei Teodoro (Orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 256.

FRAGO, Antonio Viñao. *Leer y escribir*. Historia de dos practicas culturales. México: Voces y Vuelos, 2002.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GÓMEZ, António Castillo; BLAS, Verónica Sierra. *Mis primeros pasos*. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX y XX). Madrid: Trea, 2008.

GÓMEZ, António Castillo (Coord.). *Historia de la cultura escrita*. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada. Madrid: Trea, 2002. p. 19.

_____. Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 66-72, jan./abr. 2012.

LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e os ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, jan./jun. 2004. p. 27-43. (Dossiê Michel Foucault).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Escrita escolar e oficialização da escola portuguesa. In: GÓMES, António Castillo; BLAS, Verónica Sierra. *Mis primeros pasos*. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX y XX). Madrid: Trea, 2008. p. 19-40.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Práticas de memória docente*. São Paulo: Cortez, 2008.

NÓVOA, António. Textos, imágenes y recuerdos. Escrituras de “nuevas” histórias da educación. In: POPKEWITZ, Thomas; FRANKLIN, Barry; PEREYRA, Miguel (Orgs.). *História cultural y educación*. Barcelona: Pomares, 2003. p. 61-84.

PÉTALAS. Suplemento Infantil do Colégio Coração de Jesus. Florianópolis: Colégio Coração de Jesus, mar. 1945-nov. 1952.

PRATES, Fernanda Ramos de Oliveira. *Em foco: associações auxiliares – apropriações escolanovistas em grupos escolares catarinenses (1946-1961)*. Qualificação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. As utilidades do passado na biografia dos objetos. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Orgs.). *Futuro do pretérito*. Escrita da história e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito Alencar; Expressão Gráfica, 2010.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 88, de 31 de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. *Coleção de decretos, leis de 1938*, Florianópolis, 1938a.

_____. *Relatório de governo de Nereu Ramos*. Florianópolis, 1938b.

_____. *Relatórios apresentados ao Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina, em outubro de 1942 e 1943*. Florianópolis, [194-]. p. 59 e 67.

_____. Decreto-Lei n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina. *Diário Oficial de Santa Catarina*, Florianópolis, 14 fev. 1947.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). *Objetos da escola*. Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BEN-COSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Elizeu Clementino; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs.). *Histórias de vida e formação de professores*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008.

VALDEMARIN, Vera Teresa. História dos métodos e dos materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira. v. 6).

ZEN, Mariane Werner. *Brasileiros pelas letras*. A ação educativa presente nos Clubes de Leitura e Bibliotecas Escolares em Santa Catarina. O caso do Grupo Escolar Alberto Torres, Brusque, SC. (1938-1950). Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Texto recebido em 20 de novembro de 2012.

Texto aprovado em 05 de fevereiro de 2013.